

COLEÇÃO PROPOSTAS PARA A VIDA REAL

10

PSICANÁLISE RESPONSÁVEL

Qualidade, pluralidade,
ética e transparência

NATTHALIA PACCOLA
DEPUTADA FEDERAL 7711





Em 1 minuto

O campo psicanalítico brasileiro é plural e possui trajetórias de formação muito diferentes. A proposta começa por transparência, diálogo e proteção do usuário, não por reserva de mercado.

- Debate nacional com escolas e correntes diversas.
- Transparência sobre formação, supervisão, análise pessoal, ética e publicidade.
- Proteção do sigilo e informação clara para quem procura atendimento.
- Regras de transição que respeitem trajetórias profissionais legítimas.
- Nenhuma escola teórica escolhida como proprietária da profissão.

IDEIA CENTRAL

Regular não é escolher uma escola como dona da psicanálise. É proteger quem procura atendimento sem apagar a pluralidade do campo.

O problema real

Para o usuário comum, diferenças de profundidade formativa, supervisão e responsabilidade ética nem sempre são visíveis.

- Qualidade não pode ser confundida com uniformização teórica.
- Regulação mal desenhada pode criar reserva de mercado ou favorecer instituições específicas.
- Ausência de transparência também deixa o consumidor sem parâmetros básicos para escolher.

O cenário jurídico

A Constituição garante liberdade profissional, atendidas qualificações que a lei estabelecer. O tema da atuação em saúde mental segue em debate no Congresso.

- O PL 2386/2023 está em tramitação na Comissão de Saúde e teve audiência pública aprovada em 2026.
- Isso demonstra que o debate regulatório é real e precisa de participação plural.
- Antes de um novo PL, é responsável realizar estudo jurídico, consulta pública e audiências.

Como funciona

1

OUVIR

2

MAPEAR

3

PRINCÍPIOS

4

CONSULTAR

5

LEGISLAR

- Mesa plural com escolas, profissionais, usuários, juristas e pesquisadores.
- Mapeamento de modelos de formação e mecanismos de proteção existentes.
- Critérios de transparência que não determinem uma teoria correta.
- Mecanismos proporcionais de denúncia e responsabilização, sem presumir conselho profissional como única resposta.

O que o mandato pode fazer



A competência federal permite debater normas nacionais de exercício profissional e proteção do consumidor, mas exige prudência constitucional.

- Acompanhar o PL 2386/2023 e seus efeitos sobre a psicanálise.
- Promover audiência nacional específica sobre formação psicanalítica.
- Requerer estudos comparativos e análise de impacto.
- Somente apresentar texto próprio depois de demonstrada a necessidade e os riscos.

PRUDÊNCIA
CONSTITUCIONAL



Medir e responder

SUCESSO DA PROPOSTA

Construir parâmetros legítimos e não capturados por interesses particulares.

É reserva de mercado?

Não deve ser. Transparência e proteção do usuário são o foco.

Vai ser obrigatório ser psicólogo?

Essa não é a premissa; psicanálise e psicologia são campos distintos.

Quem decide qual escola está certa?

Nenhuma escola. O Estado não deve escolher uma teoria psicanalítica oficial.

FONTES ESSENCIAIS

Constituição Federal, art. 5º, XIII: liberdade de exercício profissional.

Câmara dos Deputados: PL 2386/2023, situação e audiência pública em 2026.

Código de Defesa do Consumidor: informação e proteção do usuário.

LGPD: sigilo e proteção de dados pessoais.



PROPOSTAS PARA A VIDA REAL

10 PSICANÁLISE RESPONSÁVEL

“

Regular não é escolher uma escola como dona da psicanálise. É proteger quem procura atendimento sem apagar a pluralidade do campo.

NATTHALIA PACCOLA

DEPUTADA FEDERAL 7711